

Um livro imperativo e imperial: por uma história social da produção da prata em Potosí

An imperative and imperial book: towards a social history of silver production in Potosí

Crislayne Alfagali*

Resenha do livro: BARRAGÁN ROMANO, Rossana. *El imperio del trabajo*. Historia social de la producción de plata de Potosí para el mundo (s. XVI-XVIII). La Paz: Plural Editores, 2025.

Palavras-chave: produção de prata; mineradores; trabalho forçado.

Keywords: silver production; miners; forced labor.

O LIVRO *El imperio del trabajo. Historia social de la producción de plata de Potosí para el mundo* (s. XVI-XVIII) constitui uma contribuição sólida à história do trabalho andino e aos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores em perspectiva global. Trata-se de uma obra minuciosa, construída sobre uma ampla base de fontes diversas, análises historiográficas e interpretações inovadoras. Seu escopo vai além do universo das minas, abrangendo temas como o Antigo Regime na América espanhola e a centralidade do trabalho forçado para sua manutenção. Rossana Barragán Romano, referência central na pesquisa dos mundos do trabalho anteriores ao século XIX, oferece um estudo de fôlego que consolida suas perspectivas anteriores e abre caminho para novas investigações.

A obra insere-se em uma vigorosa revisão historiográfica que desloca o foco das estruturas econômicas e do controle estatal para a agência dos atores subalternos e a complexidade das relações sociais na mineração colonial. Ao dialogar criticamente com as teses clássicas

* Professora adjunta do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura e do ProfHistória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Jovem Cientista do Nosso Estado pela Faperj. E-mail: crisalfagali@puc-rio.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6483-9804>.

de autores como Carlos Sempat Assadourian (ênfase no mercado interno) e Peter Bakewell (organização do trabalho), a autora incorpora contribuições recentes que enfatizam a economia popular (Barragán, Tandeter), a resistência cotidiana (Scott, Thomson) e os saberes indígenas (Bigelow, Salazar-Soler).¹ Esta síntese permite superar visões dicotômicas — como trabalho livre *versus* forçado — e demonstrar como a interação entre a mita, os circuitos alternativos (*k'ajchas*, trapiches) e as estratégias comunitárias de evasão conformou um sistema laboral dinâmico e permeável. Sua análise exige integrar dimensões econômicas, culturais e de poder, reposicionando Potosí não apenas como um centro extrativista, mas como um espaço de intensa negociação e criatividade social.

No primeiro capítulo, a autora analisa a circulação e o significado das primeiras representações visuais e textuais de Potosí entre 1550 e 1650, mostrando como a imagem do Cerro Rico e da produção de prata se disseminou globalmente, conectando Europa, Ásia e América por meio de livros, mapas, gravuras e manuscritos. Integrando história da arte, história do livro, cartografia e estudos coloniais, apresenta Potosí como ícone global: descoberto em 1545, tornou-se o maior produtor mundial de prata e um símbolo de riqueza e exploração. O capítulo desafia o “nacionalismo metodológico” na historiografia, enfatizando as conexões transatlânticas e transculturais. A autora demonstra como a prata potosina alimentou a primeira globalização, circulando da América para a Europa, Ásia e África. Potosí foi representado de múltiplas formas: como fonte de riqueza, cena de exploração, símbolo de aliança política e alegoria imperial. As imagens circularam por Sevilha, Antuérpia, Frankfurt, Istambul e Lima, revelando uma rede global de comunicação visual. A imagem de De Bry tornou-se a mais duradoura, associada à crítica da exploração colonial, enquanto as representações andinas permaneceram inéditas até o século XX.

Contudo, a riqueza de informações, nomes, datas e obras pode sobrecarregar leitores não especializados. Embora mencione a exploração indígena, o capítulo centra-se em artistas, editores e cronistas, dedicando menos atenção às perspectivas dos trabalhadores andinos. Nota-se ainda a ausência de uma problematização mais crítica de termos como “globalização”, “Lenda Negra” ou “representação”.

1 ASSADOURIAN, Carlos Sempat. **El sistema de la economía colonial**: mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982. BAKEWELL, Peter. **Miners of the Red Mountain**: Indian Labor in Potosí, 1545–1650. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984. BARRAGÁN, Rossana. ¿Ladrones, pequeños empresarios o trabajadores independientes?: *k'ajchas*, trapiches y plata en el cerro de Potosí en el siglo XVIII. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S. l.], 2015. BIGELOW, Allison Margaret. **Mining Language**: Racial Thinking, Indigenous Knowledge, and Colonial Metallurgy in the Early Modern Iberian World. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020. SALAZAR-SOLER, Carmen; LANGUE, Frédérique. **Dictionnaire des termes miniers en usages en Amérique Espagnole (XVIe–XVIIIe siècle)**. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1993. SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven: Yale University Press, 1985. SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**: Hidden Transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990. TANDETER, Enrique. **Coacción y mercado**: la minería de la plata en el Potosí colonial, 1692–1826. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos “Bartolomé de Las Casas”, 1992. THOMSON, Sinclair. **When Only Indians Reign**: The Politics of Aymara Insurgency in the Age of the Andean “Nation-State”, 1740s–1780s. 1996. Tese (Doutorado em História) – University of Wisconsin, Madison, 1996.

O segundo capítulo aborda o trabalho indígena como eixo central da economia e sociedade andina após a conquista espanhola (1555-1575), com foco na mita (trabalho rotativo) e sua administração por autoridades indígenas subordinadas ao poder colonial. Oferece uma análise densa e bem documentada do sistema de mita e de sua administração indígena no Peru colonial, destacando a complexidade organizativa e a articulação entre coerção, remuneração e legitimação ideológica. O caso de estudo é o dos lupacas, do lago Titicaca, usado como exemplo detalhado da organização do trabalho. Em 1567, a mita para Potosí envolvia 500 *mitayos* por ano, que pagavam tributo em prata (75% do total) e trabalhavam em mineração e comércio. O sistema era rotativo: cada tributário ia a Potosí uma vez na vida (ciclo de aproximadamente 30 anos). Trabalhos adicionais incluíam tecido de roupas, agricultura, transporte e serviços a religiosos e autoridades. Uma rede hierárquica de autoridades indígenas (caciques, capitanes de mita, *quipucamayos*) administrava o recrutamento e a distribuição. Em 1574, havia mais de 200 autoridades entre os lupacas. Os capitanes de mita eram figuras-chave, muitas vezes também caciques, responsáveis por mobilizar milhares de trabalhadores.

As fontes utilizadas são diversificadas, incluindo visitas, ordenanças, *quipus*, tabelas e citações de cronistas como Matienzo, Toledo e Capoché. Destaca-se ainda a incorporação de uma perspectiva de gênero e idade, reconhecendo o trabalho de mulheres, idosos e crianças no tecido, agricultura e serviços — frequentemente invisibilizado.

O capítulo “Potosí e a Indústria da Prata: Auge e Crise” constitui uma contribuição excepcional à história de Potosí e do trabalho colonial. Seus principais méritos residem na desconstrução de visões simplistas sobre a mita, revelando um sistema laboral complexo, híbrido e em constante negociação. A autora recupera a agência indígena em múltiplos níveis — da resistência individual à organização coletiva —, visibiliza o trabalho feminino como pilar essencial da indústria da prata e oferece uma explicação multifacetada para a crise do século XVII, na qual as estratégias indígenas de sobrevivência e resistência desempenharam papel central.

O capítulo recupera o papel fundamental das mulheres indígenas na indústria da prata, frequentemente invisibilizado. Elas atuavam no *pallar* (seleção e limpeza do mineral), na fundição em *guairas*, na recolha de combustíveis, no comércio de metais e no abastecimento dos trabalhadores, constituindo-se como peças-chave na cadeia produtiva e na economia urbana. Embora esse ponto seja extremamente valioso, poderia ser mais integrado à análise central da crise, explorando, por exemplo, como as estratégias econômicas das mulheres foram afetadas pelo declínio da produção no século XVII.

São destacadas diversas formas de resistência e adaptação da população indígena:

Deserção e mobilidade: a fuga da mita é analisada como uma estratégia de resistência laboral massiva, que desestabilizou o sistema.

Mercado de metais: a existência de um mercado paralelo de mineral, frequentemente

controlado por mulheres, permitia que os trabalhadores complementassem seus rendimentos.

Redenção em prata (“Índios en Plata”): a possibilidade de pagar para não comparecer à mita revela tanto a capacidade econômica de alguns setores indígenas (como pastores e arrieiros) quanto uma via de negociação com o sistema.

Organização interna: a análise dos «capitanes de mita», caciques e documentos como as «memorias» mostra uma complexa estrutura administrativa indígena que gerenciava e, em certa medida, mediava a imposição colonial.

Por fim, a noção de um impacto ecológico é apenas sugerida. A transformação radical da paisagem é mencionada (obras hidráulicas, desmatamento), contudo uma análise mais profunda do custo ecológico da mineração em grande escala, com seus efeitos deletérios de longo prazo, seria crucial para desenvolver esse argumento.

O quarto capítulo parte de um estudo mais amplo sobre o trabalho e a economia no Peru colonial, narra a transição da crise da mita no século XVII para a recuperação da mineração no século XVIII, por meio do fracasso da reforma de La Palata e do surgimento do Banco de Prata, que reconfigurou a produção argentífera e revelou a importância de atores subalternos como os *k’ajchas* (trabalhadores mineiros independentes ou informais) e os *trapicheros* (operadores de pequenos moinhos ou engenhos para beneficiar minério). A narrativa é densa e por vezes difícil de seguir, com muitos nomes, datas e siglas. No entanto, utiliza um variado conjunto documental, incluindo arquivos argentinos e espanhóis, registros do Banco de Prata, cartas, interrogatórios e tabelas salariais. Assim como no capítulo anterior, analisa a resistência e a multifacetada agência dos trabalhadores, detalhando estratégias de oposição (fugas, petições, alianças) e a “cadeia de coação” colonial.

O capítulo “Espaços Mineiros e Mundos de *Azogueiros*” transita para o século XVIII, oferecendo uma análise interdisciplinar e minuciosa dos espaços mineiros de Potosí. Combina a leitura de fontes visuais (como a célebre pintura panorâmica de Gaspar Miguel de Berrío) com documentos escritos e dados quantitativos para reconstruir a geografia do trabalho, os processos técnicos da mineração e da metalurgia da prata, e o perfil socioeconômico dos *azogueiros* (proprietários e operadores das minas e engenhos de beneficiamento, termo derivado de «*azogue*», o mercúrio essencial no processo de amalgamação). A autora detalha desde a organização espacial e administrativa em locais como a Casa Guaina — centro nervoso da mita — até as duras condições laborais no interior das minas e engenhos, evidenciando as hierarquias, a especialização das tarefas e o uso combinado de mão de obra forçada (mita) e assalariada (minga). Ao longo de séries de dados, entre 1689 e 1792, demonstra a crescente concentração da produção em poucas mãos, a persistente presença de mulheres *azogueiras* (ex.: Francisca del Risco) e os conflitos inerentes ao sistema, apresentando um retrato complexo e rico do “império do trabalho” que sustentou a economia colonial na região andina.

O sexto capítulo aborda a rebeldia, tratando da história dos *k'ajchas* no Potosí do século XVIII e explorando sua emergência como um grupo social híbrido e contestatório que desafiou a ordem colonial por meio de práticas de mineração autônoma, mobilização coletiva e estratégias de resistência cultural. A cultura material e simbólica (vestimentas, apelidos, rituais) era central para sua identidade e ação coletiva. Utilizando um rico *corpus* documental judicial, cronístico e iconográfico, o estudo destaca como esses atores, frequentemente estigmatizados como “ladrões de mineral”, construíram uma identidade coletiva ancorada em rituais festivos — como a celebração da Cruz dos *K'ajchas* durante o Carnaval — e em repertórios de ação que incluíam protestos armados e negociações com as autoridades. As festividades religiosas serviam como catalisadoras de protestos e reivindicações, enquanto as autoridades coloniais estavam divididas entre repressão e pragmatismo, reconhecendo a importância econômica dos *k'ajchas*. Ao examinar as tensões intra-elites e as disputas de jurisdição em torno do controle do cerro, o capítulo demonstra a complexa inserção dos *k'ajchas* na economia política colonial, revelando tanto sua capacidade de agência quanto as limitações impostas pelas estruturas de poder vigentes. O capítulo é rico em fontes, criativo na abordagem e relevante para a historiografia social andina.

Em “*K'ajchas e Trapiches: Ocupando Espaços Produtivos*”, o grupo social dos *k'ajchas* retorna à cena junto aos *trapicheros*. Analisa-se criticamente o papel dessas figuras — frequentemente marginalizadas como “ladrões” ou informais — na economia mineradora de Potosí durante o século XVIII, argumentando que constituíram um circuito produtivo paralelo e estruturante que desafiou o monopólio dos *azogueros* e impediu a plena proletarianização da mão de obra. Com base em fontes primárias diversificadas, incluindo registros bancários, visitas e iconografia, o estudo demonstra que essa produção independente chegou a responder por até 38% da prata extraída, contribuindo decisivamente para o segundo auge potosino. Além disso, o capítulo inova ao evidenciar, com dados quantitativos, a participação significativa de mulheres como *trapicheras* e vendedoras, questionando narrativas historiográficas androcêntricas. Por fim, discute as tentativas de regulação estatal, como o projeto do Código Carolino, que buscavam submeter esses agentes a um regime de «trabalho ao partir»,² antecipando as transformações laborais do século XIX. Mais uma vez, a autora combina história social, história da tecnologia, economia e estudos de gênero, utilizando fontes primárias diversificadas e questionando visões tradicionais sobre o “segundo auge” de Potosí.³

O oitavo capítulo demonstra, por meio de uma análise documental profunda e inédita, que o debate em torno da abolição da mita potosina constituiu um processo intelectual e político

2 A expressão “trabalho ao partir” (ou “trabalho por partição”, “a partir”) refere-se a um sistema de remuneração ou contrato laboral comum na mineração colonial e republicana, especialmente nos Andes, no qual o trabalhador não recebia um salário fixo, mas sim uma parte (geralmente metade) do minério que ele próprio extraía. No contexto do capítulo, esse sistema aparece como uma solução de compromisso ou negociação entre os donos das minas (*azogueros*) e os trabalhadores independentes (*k'ajchas*), após décadas de conflito.

3 A autora critica diretamente a interpretação clássica de Enrique Tandeter, especialmente a tese central apresentada em sua obra fundamental: TANDETER, Enrique. **Coacción y mercado: la minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826**.

prolongado, iniciado pelo menos em 1793, e não um mero desfecho do constitucionalismo de Cádiz. O estudo revela como a controvérsia, deflagrada pelo embate entre as visões reformista e conservadora de Victorián de Villava e Francisco de Paula Sanz, respectivamente, transcendeu a esfera da mineração para abarcar uma crítica abrangente ao trabalho forçado, inclusive em sua vertente religiosa. Ao expor a magnitude da exploração eclesiástica na província de Chayanta (atual Bolívia) e ao recuperar as estratégias e vozes das comunidades indígenas, o capítulo pluraliza nossa compreensão do iluminismo americano, evidenciando um intenso questionamento dos fundamentos da legitimidade colonial décadas antes das rupturas independentistas.

O texto reúne pela primeira vez um vasto *corpus* documental inédito (entre 1793-1801) e conecta habilmente o debate local de Potosí com as correntes do iluminismo global e com os acontecimentos políticos maiores que levariam às independências. A autora confere proeminência às estratégias, vozes e à sofisticada organização sociopolítica das comunidades indígenas, indo além da visão delas como meras vítimas passivas. Contudo, a transição do período analisado (década de 1790) para o desfecho legal (1812) fica um pouco implícita. A ligação direta do debate com Cádiz 1812 poderia ser mais desenvolvida, aspecto que é parcialmente abordado no capítulo seguinte.

O último capítulo oferece uma análise profunda e documentada da crise do sistema de mita na região de Chayanta no final do período colonial, demonstrando como a exploração laboral indígena tornou-se um eixo central de contestação política, religiosa e jurídica. Por meio de um estudo minucioso dos conflitos entre autoridades civis, eclesiásticas e líderes indígenas, o texto revela a progressiva deslegitimação da mita, que deixou de ser vista como um serviço legítimo à Coroa para ser denunciada como escravidão e tirania. Essa deslegitimação, articulada por figuras como Victorián de Villava e retomada nas Cortes de Cádiz, insere-se num processo mais amplo de questionamento do colonialismo espanhol, contribuindo para a erosão das bases ideológicas do império e pavimentando o caminho para as reivindicações abolicionistas e independentistas do início do século XIX. A pesquisa destaca, assim, a intrínseca relação entre trabalho forçado, sustentação do Estado colonial e as transformações discursivas que precederam e acompanharam a crise do Antigo Regime na América espanhola.

Embora Chayanta seja um estudo de caso rico, a extrapolação para todo o “império do trabalho” colonial pode requerer mais evidências comparativas. Destaca-se, por outro lado, positivamente a crítica à visão historiográfica de sociedades coloniais estanques, realçando as conexões e interações entre diferentes grupos sociais.

A conclusão de *El imperio del trabajo* é muito bem articulada e merece ser lida e citada à parte, pois sintetiza a complexa dinâmica laboral, cultural e política da mineração potosina colonial, enfatizando a centralidade do trabalho indígena e suas estratégias de adaptação e resistência. Por meio de uma análise que articula economia, linguagem e governabilidade,

demonstra-se como a mita não foi um sistema estático, mas um campo de negociação e conflito, em que atores subalternos — como *k'ajchas*, mulheres e comunidades indígenas — construíram circuitos econômicos alternativos e impuseram seus saberes e línguas. A persistência de um léxico indígena na mineração e a representação alegórica do Testamento de Potosí⁴ revelam a profunda marca cultural andina no coração do empreendimento colonial. Contudo, a conclusão deixa em segundo plano uma avaliação crítica mais incisiva sobre os limites interpretativos da obra e as implicações teóricas de seus aportes para os estudos coloniais e a história global do trabalho.

El imperio del trabajo, de Rossana Barragán, dialoga de forma produtiva com o projeto de história global do trabalho proposto por Marcel van der Linden,⁵ na medida em que oferece um estudo de caso empiricamente denso e teoricamente refinado que concretiza e complexifica várias de suas premissas fundamentais. Ao examinar o sistema laboral híbrido de Potosí — onde coexistiam e se interpenetravam a mita coerciva, o trabalho assalariado, a produção autônoma dos *k'ajchas* e o trabalho reprodutivo e produtivo feminino —, Barragán fornece um exemplo histórico concreto da superação da dicotomia rígida entre trabalho «livre» e «forçado», corroborando a visão de Van der Linden sobre a coexistência estrutural de múltiplas modalidades de trabalho no desenvolvimento do capitalismo global. Simultaneamente, ao destacar a agência, as estratégias de resistência cotidiana e os circuitos econômicos informais construídos por trabalhadores indígenas e mulheres, a autora amplia o repertório de atores e ações considerado pela história laboral, alinhando-se ao chamado para uma análise que inclua formas de contestação além do movimento sindical organizado. Por fim, ao situar a produção de prata andina no centro das redes de circulação global, entre os séculos XVI e XVIII, o estudo demonstra como sistemas laborais locais e aparentemente singulares estavam intrinsecamente articulados a processos econômicos e sociais de escala planetária, reforçando a necessidade metodológica, defendida por Van der Linden, de conectar escalas micro e macro em uma narrativa verdadeiramente transnacional do trabalho. Desse modo, o livro não apenas se beneficia do marco teórico da história global do trabalho, mas também o enriquece, demonstrando sua fertilidade para a análise de contextos coloniais e pré-industriais.

Recebido em: 10/02/2026

Aceito em: 05/03/2026

4 O Testamento de Potosí é um poema anônimo escrito em 1800, sob a forma de um romance (poema narrativo popular), no qual a Villa Imperial de Potosí é personificada e faz seu testamento simbólico, refletindo sobre seu esplendor, declínio e papel no mundo colonial.

5 LINDEN, Marcel van der. A história global do trabalho: conceituação e escritura. In: LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 15-38.